

XXVI ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA – CENTRALIDADE
DO TRABALHO E CRISE DO CAPITAL NO MUNDO PÓS-PANDÊMICO “NADA SERÁ
COMO ANTES, AMANHÃ”? TRABALHO, CRISE E PANDEMIA

(08/06/2021 à 11/06/2021)

Friedrich List e a reação protecionista na via tardia

AUTOR: Matheus Pires Matos

Friedrich List e a reação protecionista na via tardia

Matheus Pires Matos¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar o ressurgimento da teoria protecionista após a Revolução Industrial como forma de equiparar os países de capitalismo atrasado à Inglaterra durante o século XIX. O texto se concentra no caso alemão com a teoria do Sistema de Economia Nacional de Friedrich List, estabelecendo ligação entre suas formulações e a defesa dos interesses germânicos. Para alcançar tal meta, será dividido em três partes, a primeira analisará a situação econômica e social europeia após a Revolução Industrial, assim como as características desta etapa do capitalismo. Em seguida será apresentada a teoria protecionista de List, sua ligação com os problemas e as necessidades da Alemanha no momento em que escreveu e por fim, a influência do protecionismo de Alexander Hamilton em sua obra.

Palavras chave: protecionismo, liberalismo e desenvolvimento.

ABSTRACT

This article aims to analyze the resurgence of protectionist theory after the Industrial Revolution as a way to equate the countries of backward capitalism with England during the XIX century. The text focuses on the German case with Friedrich List's theory of the National Economy System, establishing a link between its formulations and the defense of Germanic interests. To achieve this goal, it will be divided into three parts, the first one will analyze the European economic and social situation after the Industrial Revolution, as well as the characteristics of this stage of capitalism. Next, List's protectionist theory, its connection with the problems and as a necessity of Germany at the time he wrote and finally, the influence of Alexander Hamilton's protectionism on his work will be presented.

Key words: protectionism, liberalism, development.

¹ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). É pesquisador do Grupo de Estudos em Desenvolvimento Econômico Brasileiro (GEDEB) e participante do Projeto Teoria e Conjuntura Econômica (PROAE).

1. Introdução

A economia britânica passou por intensas transformações entre os séculos XVII e XVIII, em um processo de transição do modo de produção feudal para o capitalista. Entre os elementos centrais para esta passagem está a política econômica empreendida pelo Estado Nacional inglês, que baseado nos preceitos mercantilistas, deu suporte para o crescimento manufatureiro que resultou na Revolução Industrial.

A partir deste momento surge um novo padrão de desenvolvimento ancorado na industrialização, mas que esteve restrito a Inglaterra que se consolidou como polo hegemônico da economia mundial. Se estabeleceu também uma divisão internacional do trabalho, na qual os britânicos ocupavam o posto de fornecedores de mercadorias industrializadas e consumidores de matérias primas. Para sustentar tal posição houve um abandono da política externa baseada no mercantilismo e a adoção do liberalismo como forma de garantir mercado consumidor para as suas mercadorias.

Dessa forma, assim como o mercantilismo de outrora, o liberalismo atende as necessidades particulares dos britânicos, ao reforçar o seu domínio no mundo colonial e europeu. A frustração com a capacidade do liberalismo de levar as nações que ainda estavam em um estágio de atraso econômico e social, em relação a Inglaterra, ascenderá uma reação protecionista que será protagonizada pela Alemanha e os Estados Unidos.

O objetivo deste artigo é capturar esse momento histórico em que o protecionismo ressurgiu como uma teoria de equiparação econômica nos países atrasados. Nele será dada maior ênfase a teoria protecionista do alemão Friedrich List e como essa se relaciona com o contexto em que vivia e as necessidades germânicas no período em que escreveu. Para uma melhor exposição, o trabalho será dividido em três partes, sendo a primeira dedicada a realização de um panorama geral da economia europeia no que ficou conhecido como capitalismo concorrencial.

Em seguida nos deteremos a analisar a teoria protecionista de List, estabelecendo ligação entre suas formulações e os problemas e necessidades da Alemanha no momento em que escreveu. Também apresentaremos a influência da sua experiência nos Estados Unidos, onde teve contato com o projeto protecionista de Alexander Hamilton. Por fim realizamos as considerações finais onde serão apresentadas as conclusões retiradas a partir da pesquisa e elaboração deste artigo.

2. A Europa após a Revolução Industrial

A consolidação do capitalismo industrial no território inglês, para além de criar uma nova ordem no comércio internacional, inaugurou um padrão de desenvolvimento econômico e social firmado sob a lógica industrial. O país se tornou o modelo de nação a ser seguido, a partir de então outros povos buscaram meios de se equiparar à Inglaterra através da tentativa de assimilação do progresso técnico alcançado.²

A adoção de formas mais avançadas de produção era facilitada por uma série de fatores, entre eles: as inovações serem criadas predominantemente por operários habilidosos que podiam migrar e levar consigo esse conhecimento, a tecnologia ainda era simples e exigia uma planta produtiva modesta com pouca exigência de capital fixo e as facilidades de crédito externo (devido à baixa necessidade de financiamento bancário dentro da economia da Inglaterra³) com a criação do setor financeiro (OLIVEIRA, 2004).

Todos esses elementos dizem respeito à etapa concorrencial do capitalismo, que é inaugurada no fim da primeira Revolução Industrial e que se estenderá até a crise 1873, cuja característica central é a existência de uma sociedade de pequenos produtores livres. Nesse momento a reprodução do capital, assim como as interações entre os agentes econômicos, eram reguladas pelo mercado e permitia o funcionamento do liberalismo econômico que era próprio da estratégia econômica britânica (OLIVEIRA, 2004).

A liberdade de trânsito de capitais durante todo o período concorrencial proporcionou uma estrutura econômica favorável a uma segunda onda de desenvolvimento industrial e a consolidação de novos Estados Nacionais. Entretanto, isso não impediu que a Inglaterra permanecesse como a única nação industrial do mundo durante décadas. A causa desta situação foi o fato das demais nações possuírem elementos internos que travavam o avanço do capitalismo. Isso porque o desenvolvimento do capitalismo em cada nação depende essencialmente de dois fatores, o primeiro é a forma

² Entre os métodos adotados pode ser destacada a espionagem, em meados do século XVIII empresários e representantes governamentais realizavam inspeções e relatórios em fábricas inglesas com o intuito de reproduzir as novas técnicas em suas respectivas nações (LANDES, 1994).

³ Em suma, não havia descompasso entre o movimento de acumulação de capitais - fluxos de mais-valia passíveis de se transformarem em capital - e o grau de desenvolvimento das forças produtivas - forma da tecnologia, dimensão das plantas, formas de organização da empresa etc. -, o que nos permite, uma vez mais, caracterizar como *orgânico* o desenvolvimento da economia inglesa. Por isso mesmo, a indústria podia desenvolver-se sem recorrer ao banco de investimento, instituição que na Inglaterra vai dedicar-se aos empréstimos externos. Reversamente, a ausência de relações entre os bancos de investimentos e a indústria explica a lentidão da economia inglesa na adoção de formas mais avançadas de organização da produção e das empresas. (OLIVEIRA, 2004, p. 180-181, grifos do autor)

como está estruturado o sistema global e em segundo lugar a forma como os elementos internos reagem a essa fase⁴ (OLIVEIRA, 2004).

A situação da Europa continental não era favorável para o seu desenvolvimento por uma série de fatores. Entre eles está uma burguesia fraca que não conseguiu dominar o Estado e impor uma política que atendesse aos seus anseios de classe. A infraestrutura dos países que compunham a parte continental era demasiadamente inferior, principalmente os transportes terrestre e marítimo, que inviabilizava a integração e criação de um mercado interno. Essa dificuldade ainda era agravada pela pobreza de sua população que impossibilitava o consumo de uma produção padronizada (LANDES, 1994; OLIVEIRA, 2004).

A combinação de uma economia essencialmente agrária com uma base técnica desatualizada também dificultava a competição entre as mercadorias nacionais com os manufaturados ingleses. Os arcaísmos do sistema produtivo estavam em muito ligados a uma dificuldade de romper com os costumes e tradições que travava o avanço do progresso técnico e a implementação de formas mais produtivas⁵ (LANDES, 1994; OLIVEIRA, 2004; REZENDE FILHO, 2005).

Outro problema enfrentado por esses países foram os ciclos de crescimento e recessão, próprios da dinâmica da economia capitalista, que não favoreceram a mecanização da região. Muito devido às guerras às quais estava envolto o continente durante a fase de expansão do capitalismo entre os anos de 1790-1814; empreendidas principalmente pela França de Napoleão Bonaparte (REZENDE FILHO, 2005).

A região viveu um bloqueio continental iniciado com a Revolução Francesa (1789) e que se estendeu durante as guerras napoleônicas (1804-1815). Os embates proporcionaram alguns efeitos positivos como: proteger o comércio nacional contra a Inglaterra, substituir as importações de alguns artigos e libertar pequenos Estados industrializados de bloqueios tarifários. Entretanto, foram limitados ao momento

⁴ As particularidades presentes em cada região farão com que o avanço do capital industrial se dê de forma distinta em cada momento histórico e atenderá as necessidades da estrutura em que está e criará traços característicos ao desenvolvimento dessa região. Isso porque a “a gênese do capitalismo em cada nação é determinada pelas *circunstâncias históricas* nas quais este processo está imerso.” (OLIVEIRA, 2003, p. 96, grifos do autor).

⁵ Landes (1994) identifica que também havia um limite moral que colocava a competição como um problema e impedia o avanço da lógica capitalista no continente. A concorrência predatória era rejeitada, o modelo de empresário que enriquecia às custas da ruína de outros era vista de forma negativa, pois retirava o sustento dos mesmos. Havia o entendimento de que desde que produzissem mercadorias úteis à comunidade, com um nível de qualidade aceitável, todos possuíam o direito ao seu sustento.

imediatamente, não favorecendo o desenvolvimento a longo prazo (LANDES, 1994; LUXEMBURGO, 1970).

A criação de concorrentes continentais fez com que o fim da guerra fosse acompanhado de uma crise econômica, causada pela diminuição da demanda por mercadorias inglesas. Com expectativas superiores às necessidades reais do mercado europeu após a sua reintegração com a zona de comércio britânica, houve um grande prejuízo por parte dos comerciantes que não conseguiam vender suas mercadorias. A saturação dos mercados levou à falência de fábricas que estavam com os estoques cheios, como consequência cresceu o desemprego e recrudescer os problemas sociais com uma piora nas condições de vida da população (LUXEMBURGO, 1970).

Para além dos problemas econômicos, a instabilidade na qual o capitalismo foi mergulhado levou ao questionamento do *laissez-faire* e do progresso que era associado a ele. Entre os anos vinte e quarenta do século XIX se inicia a crise e a dissolução da Economia Política Clássica, cujos principais expoentes são os liberais Adam Smith e David Ricardo. O modelo de progresso que resultaria na emancipação humana foi colocado em xeque, o que abriu espaço para criação de teorias alternativas (NETTO; BRAZZ, 2006; LUXEMBURGO, 1970; OLIVEIRA, 2014).

Cria-se então um ambiente em que o liberalismo dos clássicos passa a ser questionado, com isso

Uma economia política supera a anterior na medida em que o capitalismo reproduz o seu presente de desigualdade e injustiça, mostrando os limites da utopia liberal. Isso acontece com Ricardo em relação a Smith, com List em relação a estes, bem como com Marx em relação aos três. Cada economia política sistematiza, em novos termos, a sociabilidade entre indivíduos livres e iguais pela via do mercado, verificando, a partir de algumas variáveis, como preços e renda, qual seria a distribuição e como esta poderia ser ou não justa. (OLIVEIRA, 2014, p. 4)

A dúvida que se abriu sobre a infalibilidade da teoria liberal clássica criou três tipos de respostas, a primeira foi uma conservadora que apenas reformulou o pensamento clássico com o abandono da teoria do valor e a introdução da teoria marginal.⁶ A segunda resposta está ligada não apenas ao questionamento do liberalismo,

⁶ Essa reformulação é própria do pensamento burguês da época, conquistada a sua emancipação a burguesia perde o seu caráter revolucionário que é refletido na Economia Política Clássica. Para evitar que o proletariado alcançasse a emancipação prometida durante a revolução burguesa, a teoria do valor trabalho que por muito tempo foi utilizada para a crítica à aristocracia, é abandonada. Isso porque ela evidenciava o

mas a sociedade capitalista como um todo ao evidenciar a exploração intrínseca a esse sistema.

Uma terceira resposta se encontra nos países que estavam atrasados com relação à Inglaterra, o ponto chave deste questionamento se deu no terreno do desenvolvimento das forças produtivas, interpretado como elemento central para a formação de um Estado-Nação. O alemão Friedrich List é um dos expoentes dessa vertente conhecida como Sistema Americano de Economia Política, que possui como marco inicial a obra de Alexander Hamilton.

Não muito diferente de Smith e Ricardo, List escreverá a partir da defesa de interesses particulares, neste caso os da Alemanha. A sua teoria traz consigo os anseios do autor pela formação nacional do país e a superação do seu atraso, que se dará por meio da criação de um Estado-Nacional e da proteção à indústria. As contribuições teóricas assim como a sua importância na história alemã serão tratadas no tópico posterior.

3. A situação alemã e o protecionismo em List

3.1 List e os problemas da Alemanha

Georg Friedrich List nasceu na Alemanha no dia 6 de agosto de 1789, na época em que viveu o país apresentava uma série de problemas em sua estrutura econômica e social. A sua principal obra “Sistema Nacional de Economia Política” será influenciada por esse contexto, as principais questões levantadas estão em consonância com as dificuldades enfrentadas pelos alemães.

Um dos principais problemas que o país possuía nessa época era a sua fragmentação, de acordo com Oliveira (2003) o território germânico era dividido em vários Estados autônomos cuja maioria mantinha relações servis. Devido à falta de um governo centralizado no poder, de um rei ou qualquer outra autoridade, não foi possível a realização de reformas que privilegiassem o crescimento e a evolução de sua agricultura, indústria e comércio (LIST, [1841] 1983). Com isso

A Alemanha, em especial – e, em grau pouco menor, o que são hoje a Bélgica e a Itália - era uma colcha de retalhos de reinos, arquiducados, ducados, bispados, principados, cidades livres e outras formas de

papel primordial que o trabalhador possuía dentro do sistema capitalista como o criador do valor. A teoria marginal vem transferir em nível ideológico a origem do valor para o campo da subjetividade, com isso a riqueza apropriada pela burguesia deixa de ser apresentada como fruto da força de trabalho e passa a ser fruto do desejo e satisfação que suas mercadorias produzem nos indivíduos (NETTO e BRAZZ, 2006).

soberania, cada qual com suas próprias leis, cortes, moedas e, acima de tudo, barreiras alfandegárias. (LANDES, 1994, p. 134)

No início do século XIX ainda predominava no território germânico a agricultura feudal, os sistemas gremiais próprios da Idade Média e a imposição de regulações de câmbio e comércio entre os seus próprios Estados membros. List lamentava este tipo de problema por impedir a integração do mercado interno, por isso tinha como objetivo a criação de um mercado livre dentro da Alemanha, mas que fosse protegido contra o mercado externo (ROLL, 1971).

De acordo com Oliveira (2017), em resposta a essa questão, List lançará as bases da União Aduaneira entre os Estados Alemães, chamada de *Zollverein*, que será a estrutura na qual se firmará a unidade alemã. Segundo Oliveira (2014), esse projeto começou a ser delimitado em 1818 com o início da unificação do território germânico, mas apenas tomou força em 1834 com a formação do *Zollverein*, que contou com forte participação do autor até a sua morte em 1846.

Outro problema a ser enfrentado pelos alemães era a sua estrutura social inflexível que em muito se assemelhava com a francesa, sua única diferença era fato o de ser mais rígida com uma divisão tripartite composta pela aristocracia, burguesia e a *peuple* (LANDES, 2005).

Na maior parte da Alemanha ocidental, prevalecia o sistema francês, porém mais rígido e mais criteriosamente definido, a ponto de a posição social, até mesmo de subgrupos, com frequência constar formalmente na legislação. A leste do Elba, a sociedade era ainda mais simples: uma pequena aristocracia rural, a grande massa de camponeses pessoalmente dependentes e, entre eles, uma camada fina de burgueses comerciantes, espiritual e muitas vezes etnicamente alheios ao corpo social em que viviam e moviam-se encapsulados. (LANDES, 2005, p. 50)

A própria legislação germânica garantia a manutenção desse estado de atraso dentro território, sobre isso Landes (1994, p. 136) diz:

Em grande parte da Alemanha, a cisão era ainda mais difundida, pois ali o preconceito de classe era reforçado pela lei; traçavam-se cuidadosas linhas divisórias entre o nobre, o burguês e camponês, a todos impondo a proibição de invadir áreas reservadas aos outros.

De acordo com Oliveira (2003) a burguesia alemã nesse momento tinha um papel muito limitado devido a nobreza ainda ter grande força, isso se traduziu na

manutenção de uma política conservadora. Com isso não foram capazes de realizar no âmbito político o seu papel histórico e agiram apenas no ambiente econômico, por meio de uma conciliação entre o progresso e a manutenção de arcaísmos (BORGES, 1981).

Assim, mesmo com o início da unificação em 1815, que impulsionou o comércio e a indústria, ainda eram predominantes a agricultura, manufatura e artesanato tradicionais. Isso ocorreu devido a manutenção do poder da aristocracia e dos grandes proprietários de terra, que com o tempo “passaria a sentir o peso das transformações sociais sobre aquela sociedade “semifeudal”.” (PEREIRA e MENEZES, 2008, p. 93).

A Alemanha se encontrava em uma situação anacrônica [...]. Medida pela taxa de progresso que havia levado a comunidade inglesa ao ponto em que esta então se encontrava, o sistema industrial alemão estava dois e meio ou três séculos atrás, em algum lugar nos tempos elisabetanos. Seu sistema político era ainda mais arcaico [...] (VEBLE, apud BRAGA, 1999, p.194).

Entretanto Braga (1999) adverte que isso não quer dizer que a Alemanha nesse período fosse um país subdesenvolvido, o que havia era um forte atraso de sua estrutura industrial com relação aos avanços conquistados pelos países de industrialização clássica. Ademais, Rezende Filho (2005) assinala que a ausência de industrialização não significa que o país (assim como boa parte da Europa Continental) não operasse a partir de uma lógica capitalista, apenas estavam em uma situação de atraso relativo.

Segundo Oliveira (2014) o atraso no processo de unificação do território e do desenvolvimento da indústria alemã fez com que List fundamentasse a sua ideia de nação a partir de uma concepção econômica. Assim em seu conceito de nacionalidade “não há separação entre economia e política, uma vez que riqueza é sinônimo de poder e um Estado se define pelo conjunto de suas forças produtivas e pelo grau de desenvolvimento de sua indústria.” (OLIVEIRA, 2014, p. 9).

A nação para List ([1841] 1983) é a reunião de um povo com características comuns e que compartilha suas forças produtivas, além de promover por meio de suas instituições e leis o bem-estar de sua população. Em que

Em seu estado normal, uma nação possui uma língua e uma literatura em comum, um território extenso e dotado de múltiplos recursos naturais, contando também com suas fronteiras específicas e com uma população numerosa. Em cada nação, deve-se desenvolver na devida proporção a agricultura, as manufaturas, o comércio e a navegação; as artes e as ciências, os estabelecimentos educacionais e a cultura

universal devem ocupar na nação uma posição igual à da produção material. Sua Constituição, suas leis e instituições devem proporcionar um alto grau de segurança e liberdade, devendo promover a religião, a moralidade e a prosperidade; em uma palavra, toda essa infra-estrutura da nação deve ter por objetivo o bem-estar dos seus cidadãos. A nação deve além disso ter poderio suficiente, na terra e no mar, para defender sua independência e para proteger seu comércio exterior. (LIST, [1841] 1983, p. 124)

Nesse sentido, a “nação é expressão e materialização da vida organizada e união das forças das pessoas.” (NASCIMENTO, 2001, p. 3). O Estado possui como missão desenvolver a capacidade de geração de riqueza através das forças produtivas que são compostas pelas forças mentais, morais, intelectuais, recursos materiais, intuições que regulam as leis, organizam e garantem a segurança (NASCIMENTO, 2001).

O processo de desenvolvimento então perpassa pela ação do Estado, que atuará no espaço econômico e social com o objetivo de proporcionar um ambiente adequado para as transformações necessárias. Para isso deve-se ter: um setor agrícola forte e capaz de fornecer à manufatura matérias-primas, uma marinha mercante capaz de proteger o território de nações concorrentes e para realizar comércio com o exterior e uma estrutura de transporte que interligue o mercado interno e facilite o comércio entre as regiões. O Estado também deverá criar bancos para facilitar as trocas e conceder crédito, para assim ampliar a capacidade de produção dos manufatureiros e aumentar os recursos disponíveis para investimento (LIST, [1841] 1983).

Para o autor, de nada vale uma sociedade de indivíduos ricos se não há um poder nacional capaz de garantir a sua manutenção, sem uma nação os indivíduos perderam sua liberdade, direitos, independência e suas riquezas. Aqui há uma clara contestação do individualismo expresso na economia liberal, que ao invés de tornar a nação mais próspera por meio do seu egoísmo e desejo por lucro, levará os sujeitos a tomarem atitudes que colocaram em risco a segurança de toda a sociedade (LIST, [1841] 1983; OLIVEIRA, 2017).

O compromisso de List ([1841] 1983) com o desenvolvimento da Alemanha fica ainda mais evidente quando ele propõe uma união comercial com os países que ele denomina de zona tórrida. Regiões como a América Central, do Sul e Texas em seu entendimento não possuem futuro como economias industriais, sobre elas argumenta:

Jamais poderão progredir muito na atividade manufatureira. Aqui, sim, há um grande mercado manufaturados a ser conquistado; quem conseguir relações comerciais aqui poderá manter posse delas para

sempre. Esses países, desprovidos de suficiente força moral própria para atingir alto estágio de civilização, para implantar bons sistemas de governo e dotá-los de estabilidade, chegarão mais à convicção de que devem ser ajudados por fora, ou seja, pela imigração (LIST [1841] 1983, p. 287)

Para List (1841] 1983) o *Zollverein* deveria aproveitar a repulsa que existe na região com relação à Inglaterra e à França por terem limitado sua independência. O envio de colonizadores é defendido com o propósito de: criar bases diplomáticas, estudar o território, escrever relatórios, criar empresas de comércio, abrir linhas de navios e companhias de mineração. Em troca o país iria promover a segurança por meio de ajuda militar, organização pública e meios de comunicação.

De forma assertiva Nascimento (2001) diz que aqui List demonstra uma tentativa de garantir para o seu país a exploração dos países tropicais, com a criação de um mercado externo para demandar os seus produtos e também para ofertar as matérias-primas que necessita, tal como fizeram os britânicos. O controle dessas regiões serviria de auxílio para o desenvolvimento do capitalismo alemão, da mesmo forma que as colônias britânicas deram suporte ao desenvolvimento da Inglaterra.

Assim, List acaba por realizar o mesmo que acusa Smith e Ricardo, ou seja, cria uma teoria que não busca a riqueza de todas as nações, mas de uma específica que subordina às demais em seu favor. De forma paradoxal, ao mesmo tempo que defende o protecionismo e a industrialização, reforça a divisão internacional do trabalho que é um dos pilares do liberalismo, isso fica ainda mais evidente em sua teoria protecionista.

3.2 O protecionismo em List

A defesa de um Estado interventor que promova o desenvolvimento das forças produtivas é um elemento central na obra de List, juntamente com a contraposição à teoria liberal que acusa de ser benéfica apenas à Inglaterra. O confronto com o liberalismo está ligado à defesa de uma política de desenvolvimento industrial na Alemanha, na qual o protecionismo ocupa um papel importante.

Segundo Pereira e Menezes (2008), List fez do relativo atraso da economia alemã uma fonte para questionar a crença de que a liberdade de mercado era o caminho para a construção de uma nação próspera e soberana. Ao comparar as diferenças da Alemanha com a Inglaterra de Smith, perceberá que o contexto em que estão inseridos é muito diferente e que as necessidades de cada um dos países são específicas e exigem teorias próprias.

[...] a realidade de Friedrich List opunha-se à realidade de Adam Smith no momento em que este escreveu *A Riqueza das Nações*. Por essa razão, List busca desconstruir a idéia de que o livre-comércio é o caminho mais eficiente para o desenvolvimento econômico das nações. Para este autor, o sistema de Smith aplicava-se somente a nações que já se encontravam em elevado grau de desenvolvimento, como a Inglaterra, mas era ineficiente para nações que se encontram na mesma situação de atraso econômico da Alemanha, na primeira metade do século XIX. Assim, List iniciava o enfrentamento teórico com os herdeiros de Adam Smith e sua teoria. (PEREIRA; MENEZES, 2008. p. 92)

Para List ([1841] 1983), ao contrário do defendia Smith, Ricardo e Say, o liberalismo não possui validade universal por ser elaborado em um contexto industrial que não era a realidade de todos os países. Por não levar em consideração as especificidades das diversas economias que compõem o comércio internacional, esses autores realizam a elaboração de uma Economia Cosmopolítica. Termo usado para fazer contraposição a Economia Política ou nacional, que é a teoria que busca “ensinar de que maneira determinada *nação*, na atual situação do mundo e nas suas próprias relações nacionais específicas, pode manter e melhorar suas condições econômicas” (LIST, [1841] 1983, p.91, grifos do autor).

A Economia Cosmopolítica, por outro lado, desconsidera as particularidades de cada território e parte da suposição de que existe uma perfeita harmonia de interesses entre os mais diversos países. Os seus defensores não consideram que cada nação possui problemas e necessidades próprias, que as diferenças existentes com relação às suas forças produtivas e sociais não permitem um estado harmônico. O que impera verdadeiramente é a desarmonia de necessidades e interesses, que são fonte de diversos conflitos que podem resultar em ataques militares e dominação (LIST [1841] 1983).

A adoção do liberalismo em nações atrasadas produz como único efeito a manutenção das suas debilidades, causada pela falta de reformas importantes para o seu crescimento. Como não existe uma igualdade, não se criará um sistema de liberdade, mas uma subordinação das nações atrasadas à supremacia dos países industrializados (LIST, [1841] 1983). O autor percebe que o liberalismo pregado pelos britânicos, como fórmula para a riqueza, é na verdade a receita para a manutenção do atraso econômico e por consequência subjugação às potências hegemônicas.

Essa conclusão será feita a partir de um estudo da história de dez sociedades europeias, no qual buscará compreender as razões que as conduziram ao desenvolvimento

ou ao atraso; entre elas pode-se destacar a Itália, a Inglaterra, a Espanha, Portugal e os Estados Unidos. Baseado nessa análise ele formula o que chamou de seu “Sistema”, que possui como base a unidade nacional. Nele coloca o desenvolvimento da indústria e do sistema nacional de transporte como elementos centrais, por conduzirem ao avanço das forças produtivas do país e conseqüentemente também das sociais (BUARQUE, 1983).

O maior exemplo positivo que retira é o da própria Inglaterra, que conquistou grande progresso por meio das leis que possibilitaram a formação de um mercado interno, um ambiente propício para a inovação tecnológica, além de incentivos e proteção à indústria nacional. De acordo com List ([1841] 1983) com o aprimoramento de suas forças produtivas o país criou o ambiente necessário para a melhoria da qualidade de vida de sua população.

Os belgas, hanseáticos, holandeses e os portugueses para o autor são exemplos de nações que possuíam um significativo poderio econômico e decaíram por negligenciar questões importantes para a economia nacional. A queda dessas nações foi resultado da falta de unidade nacional (no caso da Liga Hanseática), por terem aberto mão de sua produção nacional e de suas manufaturas ao apoiar sua riqueza no comércio e em suas colônias (no caso de Portugal e Holanda) (LIST, [1841] 1983).

A Inglaterra, ao estimular as suas forças produtivas, conquistou um grau de poder e soberania que a permitiu controlar e explorar diversos territórios que deram apoio a sua industrialização. A sua influência em diversas regiões possibilitou restringir a criação de manufaturas ou qualquer outro ramo produtivo que pudesse concorrer com suas mercadorias. Esse controle se deu por meio de leis proibitivas em suas colônias, através de acordos comerciais desfavoráveis⁷ e pelo seu prestígio, capaz de influenciar a política econômica de diversas nações, como é o caso da América Latina (LIST, [1841] 1983).

Os britânicos após terem desenvolvido suas manufaturas passam a esconder o método utilizado com a propagação de teorias alheias a sua industrialização e que são funcionais à manutenção de sua posição hegemônica. Os ataques às políticas de fomento à indústria infante feitas pelo país atenderam à necessidade de manter mercados especializados na produção de matérias-primas para exportação e na compra de manufaturados ingleses, que é a chave da hegemonia do país (LIST, [1841] 1983; CHANG, 2004).

⁷ Aqui vale lembrar do Tratado de Methuen entre Portugal e Inglaterra já trabalhado no capítulo 1.

O desenvolvimento inglês aconteceu em um caminho contrário, através da proteção da indústria infante que será assimilado por List ([1841] 1983) e transformado em seu argumento central na defesa do protecionismo. O conceito de indústria infante será utilizado para designar aquelas manufaturas que ainda estão em um estágio inicial de formação, que possuem pouco poder de mercado e como consequência são incapazes de concorrer com os produtos estrangeiros. Nesse estágio é necessário o apoio do Estado Nacional para que possa ser conservada e que posteriormente fortaleça o conjunto das forças produtivas da nação, mas para que isso aconteça o protecionismo deve ser utilizado.

Enquanto a indústria não atingir o que o autor denomina como maturidade, ou seja, que consiga disputar com os produtos estrangeiros em igualdade é necessária a proteção. Isso porque muitas vezes devido à concorrência estrangeira, que dispõe de uma base técnica superior para criar produtos de maior qualidade e com um menor preço, o país abre mão de setores importantes para o conjunto da nação. O protecionismo dessa forma trará uma série de benefícios ao garantir a produção de mercadorias que podem ser fabricadas no mercado nacional e que são úteis para o seu desenvolvimento (LIST, [1841] 1983).

Um dos primeiros efeitos do protecionismo será a garantia e a ampliação da lucratividade do empresário, mas ao contrário do dizia Smith esse crescimento não se dará em detrimento dos consumidores. Ao aumentar o lucro do empresário haverá uma expansão dos investimentos, como consequência o mesmo acontecerá com os postos de trabalho que forçará a elevação dos salários e da renda nacional. Com um efeito acumulativo o consumo dos trabalhadores será alavancado e estimulará a manutenção do investimento em um processo sustentado pela própria dinâmica do mercado interno (LIST, [1841] 1983).

A formação de novos setores industriais favorecerá também a agricultura de duas formas, primeiramente devido a uma maior demanda de matérias-primas que além de garantir o consumo de seus produtos valorizará os seus preços. O consumo de gêneros alimentícios também será estimulado devido à criação de uma nova massa de trabalhadores dentro do setor manufatureiro (LIST, [1841] 1983).

A criação de novas áreas de plantação e produção de gêneros primários serão incentivadas, com isso, tal como na indústria, haverá um efeito acumulativo de aumento do emprego, do consumo e da renda. Devido à expansão do cultivo, exploração, extração de determinadas culturas e matérias-primas, haverá valorização das terras no campo, que

poderá ser potencializada pela infraestrutura que será criada para a indústria, como a melhoria dos transportes (LIST, [1841] 1983).

A construção de um sistema de transporte eficiente é de significativa importância para o mercado nacional, graças a ele há uma diminuição nos preços dos produtos como resultado da redução dos custos. A diminuição se dará tanto nos custos de produção, ao deixar mais baratas as matérias-primas e a cesta de consumo do trabalhador, assim como os de comercialização com que as mercadorias chegando ao consumidor com um preço mais acessível (LIST, [1841] 1983).

Mas a maior contribuição que pode ser conquistada é a interligação das diversas regiões do país, isso possibilitará a formação de um mercado interno forte e coeso que trará um

[...] aumento da força de produção da nação, aumento esse que deriva da divisão regular do trabalho e da maior união das forças da nação, bem como o aperfeiçoamento das forças mentais e naturais colocadas à disposição da nação, e finalmente do comércio exterior. (LIST, [1841] 1983, p.164).

A interligação dos diversos mercados e principalmente da indústria com a agricultura trará ganhos para a nação como um todo, ao elevar o rendimento do capital e do trabalho com a união das diversas forças produtivas presentes dentro do país. O aumento deste rendimento está ligado a coligação de forças que é fruto “*não só de uma divisão do trabalho, mas uma divisão de diferentes operações comerciais entre vários indivíduos, e ao mesmo tempo uma associação e união de várias energias, inteligências e forças em prol de um bem comum.*” (LIST, [1841]1983, p. 107, grifos do autor).

A maior crítica que List ([1841] 1983) realizou aos liberais é que ao propor a especialização da produção eles sugerem que se abra mão do potencial criador do mercado interno, que é vital para a construção de um país soberano. Uma nação que fabrica apenas mercadorias agrícolas ou industriais e restringe o seu sistema produtivo, assim como querem os liberais, acaba por perder os efeitos benéficos que a relação entre indústria e agricultura produz para suas forças materiais e mentais.

Influenciado pelos avanços conquistados pela Inglaterra, List ([1841]1983) atribuiu um peso muito grande do seu avanço social à industrialização e caracterizou as nações agrícolas de forma preconceituosa.⁸ Entretanto, ele ignora que essas nações por

⁸ Para List ([1841]1983) a população ligada à atividade agrícola é impaciente, resignada, negligente e preguiçosa, devido a produção levar tempo e depender de fenômenos cujo controle não é possível. Isso faz com que em sua visão passem a ter características que estão ligadas ao atraso da civilização.

séculos passaram por um processo de exploração e saques por parte de nações economicamente e militarmente mais fortes. Para o autor o atraso social em que vivem as nações que se dedicam exclusivamente a agricultura está relacionado a manutenção de regimes de servidão e escravidão, superstições e baixa atividade intelectual.

Outro problema que uma nação exclusivamente agrícola enfrenta é o fato de o crescimento de sua produtividade depender de fatores naturais como chuva, seca, pragas, diminuição da fertilidade do solo, etc. A economia se torna totalmente instável, com momentos de alto crescimento e prosperidade que não podem ser sustentados por não estar ligados à sua força produtiva. Situações de baixa se tornam ainda mais danosas nessas economias, que além das restrições e problemas sociais que vêm acompanhadas, perderam todos os avanços que foram conquistados anteriormente e retirará a continuidade do processo de desenvolvimento (LIST, [1841]1983).

Em contraste nos países industrializados o aumento da produtividade decorrente das inovações tecnológicas levará a um crescimento autossustentado, as suas conquistas não serão perdidas em momentos de crise. O uso de máquinas e técnicas mais avançadas possibilita romper com os limites naturais que cada território possui e torna muito mais estável a economia nacional. O crescimento da produtividade também liberará uma fração da população da atividade produtiva e de subsistência, o que permitirá se dedicarem às artes e às ciências⁹ (LIST, [1841]1983).

A complexificação da produção passa a incorporar e exigir conhecimentos sobre física, matemática, mecânica, química, artes do desenho e outros conhecimentos necessários para a produção. Com isso os trabalhadores fabris passam por um processo de aperfeiçoamento intelectual, por ser preciso cada vez mais conhecimento técnico e habilidades artísticas para operar o maquinário e confeccionar as mercadorias (LIST, [1841]1983).

Caso não desenvolva essas habilidades o país ficará dependente das nações estrangeiras quanto a oferta das mercadorias que não produz, o contrário ocorre com o país que possui uma manufatura própria cuja fabricação dependerá do seu mercado consumidor. A cooperação internacional a partir dessa visão é imperfeita, por poder ser

⁹ Nesse ponto, List realiza uma crítica à teoria liberal que não caracteriza a atividade intelectual como geradora de valor. E acusa assim Adam Smith de confundir as causas que levam uma nação a ser rica com a riqueza material, o que lhe conduz ao erro de ignorar a capacidade de geração de riqueza do trabalho intelectual. Ele “cai no erro de explicar as forças mentais a partir das circunstâncias e condições materiais” (LIST 1983, p. 99)

interrompida a qualquer momento devido a guerras, crises e outros motivos, por isso é mais benéfico estimular a união nacional e colocar os interesses da nação acima do comércio internacional (LIST, [1841] 1983).

List ([1841] 1983) ainda adverte que mesmo se houvesse uma constância no comércio exterior ele ainda seria prejudicial ao país agrícola, pois a sua importação de produtos manufaturados terá sempre um valor superior às suas exportações de matérias primas. Se estabeleceram então trocas desiguais que provocaram uma substancial saída de ouro dos países agrícolas para as potências industriais como objetivo de fazer frente ao déficit. Como consequência, o meio circulante será reduzido e prejudicará as transações comerciais dentro do mercado interno.

Não só o uso de metais preciosos em transações comerciais ficará comprometido, como também a emissão de papel moeda, de títulos públicos e de crédito, pois se reduzirá as reservas nacionais. Devido a isso o consumo dos trabalhadores e o investimento dos empresários cairão e levará a economia nacional a ruína com o enfraquecimento do mercado interno. Esse é um dos motivos pelos quais o protecionismo é tão importante e porque a abstração cosmopolítica liberal é absurda. Apenas através do protecionismo que uma nação poderá conquistar prosperidade, independência e poder, pois é só através dele que sua indústria irá conseguir avançar e crescer (LIST, [1841] 1983).

Entretanto, o protecionismo deve seguir algumas regras: deve ser provisório, moderado e educativo, apenas para garantir que um dia a indústria nacional concorra em igualdade com as suas similares no exterior. Devem ser taxas especiais nos setores mais importantes e que exigem um maior capital para a sua implantação, além de exigir a utilização de mão de obra qualificada e que os produtos sejam de alta necessidade (LIST, [1841] 1983; NASCIMENTO, 2001).

Por compartilhar dos avanços econômicos e sociais da industrialização, a agricultura não necessita de incentivos e nem de proteção por parte do Estado, além disso ao taxar a importação desses produtos a indústria será prejudicada. Tarifas de importação sobre produtos agrícolas podem encarecer as matérias-primas por aumentar o custo de produção e fará as mercadorias deixarem de ser competitivas (LIST, [1841] 1983).

A proteção à indústria, entretanto, não é recomendada a qualquer nação, apenas aquelas que conquistaram meios materiais e intelectuais para iniciar uma industrialização (assim como aconteceu na Inglaterra) devem utilizá-lo (LIST, [1841] 1983).

As medidas protecionistas só se justificam com o intuito de fomentar e proteger a força manufatureira interna, e somente em casos de nações que possuam território extenso e uniforme, população numerosa, recursos naturais abundantes, agricultura em estágio avançado e elevado grau de civilização e desenvolvimento político, tiverem capacidade de competir com as grandes nações agrícolas, manufatureiras e comerciais, e com as maiores potências navais e militares. (LIST, 1841] 1983, p. 207)

List ([1841] 1983) estabelece esse argumento a partir de uma separação do processo de desenvolvimento econômico das nações a partir de estágios os quais deveriam passar. Nos primeiros estágios, que são o de barbárie, pastoril e agrícola, só são superados com maior facilidade e rapidez quando realizado pelo livre comércio com nações com um nível de progresso maior. Isso porque as nações agrícolas necessitam de maiores oportunidades para trocar o seu excedente por manufaturados e com isso estimular o crescimento da produção local e desenvolver sua agricultura e criar condições para a formação industrial.

Pelo liberalismo as nações em estágio menos desenvolvidos conquistaram suas primeiras manufaturas e firmaram um comércio de navegação. Apenas quando chegar neste estágio, de nação agromanufatureira, o protecionismo aliado a intervenção do Estado deve ser adotado para que possa criar o ambiente necessário para ter uma indústria, uma marinha mercante e um comércio exterior fortes (LIST, [1841] 1983).

Neste ponto existe uma contradição, pois ao mesmo tempo que o autor diz que a adoção do liberalismo por parte de nações atrasadas resulta no seu enfraquecimento, o coloca como solução para nações em estágios atrasados. Contradição que pode ser entendida a partir da relação que sua teoria possui com as necessidades da Alemanha, que já se encontrava no estágio que denomina de nação agromanufatureira. Assim como no caso dos países de zona tórrida, neste caso List mais uma vez busca a manutenção de regiões de mercado livre para a entrada de manufaturados de origem germânica.

Como se pode perceber a maneira como List formulou sua teoria está intimamente ligada com o estado em que a economia alemã estava, suas argumentações visavam mostrar qual seria o caminho que o país deveria seguir para a superação deste. Mas não apenas a condição em que se encontrava a Alemanha influenciou a sua obra, também o seu exílio nos Estados Unidos, que o permitiu ter contato com o pensamento do Sistema Americano de Economia Política fundado por Alexander Hamilton.

3.3 A influência do pensamento de Alexander Hamilton

A defesa da formação de um Estado germânico forte e autossuficiente e os ataques ao consenso liberal rendeu a List perseguição política, que resultou em seu exílio nos Estados Unidos. Esse foi um período importante para a evolução da sua teoria devido às experiências que teve ao ter contato com o debate sobre o protecionismo que ali ocorria desde o processo de independência.

Um dos motivos do seu exílio foram suas publicações no *Württembergische Archive* (Arquivo de Württemberg), *Volksfreund aus Schwaben* (Amigo da Nação da Suábia) e revista *Deutsche Handels- und Gewerbeverein* (Revista Industrial e Comercial da Alemanha). Foi através desses meios e pelo uso de panfletos que divulgou tanto planos de reformas as quais o Estado deveria promover como contestou a validade do liberalismo, corrente do pensamento econômico predominante na Alemanha neste momento histórico (OLIVEIRA, 2017).

Mas seu exílio tem como motivo principal o fato de após tomar posse como deputado na Assembleia de Wurttemberg iniciou uma campanha em defesa da indústria e da moralização administrativa. Essas atitudes provocaram seus adversários que exigiram a sua demissão da cátedra, além de lhe render uma condenação à prisão por motim, o que o levou a fugir para a França e posteriormente se refugiar nos Estados Unidos (OLIVEIRA, 2017; BUARQUE, 1983).

A ida de europeus que fugiam de perseguições e lutas políticas-religiosas em direção às terras onde se formou os Estados Unidos era algo comum desde o século XVII. Devido ao seu clima temperado, muito próximo ao da Europa, a região se tornou um destino certo para aqueles que desejavam construir um lar seguro e reconstruir suas vidas. Foi criado um tipo específico de colonização, a de povoamento, que diferente das demais conhecidas como de exploração não tinham como objetivo central a criação de uma empresa comercial (PRADO JR, 1961).

Para Buarque (1983), o contato que teve com as teorias de desenvolvimento estadunidenses o influenciou de tal forma que empolgado com o que ocorria no país virou um militante das suas causas econômicas. De acordo com Oliveira (2017), graças ao cargo de editor do jornal *Readinger Adler* (Águia Leitora) pode se inserir na vida política e econômica do país, além de ter contato com diversas autoridades estadunidenses e lhe proporcionou uma grande projeção com os seus artigos sendo publicados em todo o país.

A forma como o protecionismo aparece em List se deve muito ao contato que teve com a obra de Alexander Hamilton, que defendia a imposição de tarifas alfandegárias

como uma das formas de estímulo à industrialização. A partir de Hamilton surgirá o que ficou conhecido como Sistema Americano de Economia Política¹⁰ que contou posteriormente com a participação de List na defesa de um Estado protecionista e na causa da indústria infante como requisitos para a construção nacional (PEREIRA; MENEZES, 2008; CHANG, 2004).

Alexander Hamilton nasceu nos Estados Unidos em 1757, período em que o país ainda era uma colônia inglesa. Apesar de ser uma colônia de povoamento, a região não estava livre das imposições feitas pela metrópole, como a proibição de criação de qualquer tipo de manufatura (até mesmo para produzir um cravo de ferradura se quer). Os desmandos dos ingleses que impunham a população a um estado de relativa servidão, aliado ao sentido presente nos imigrantes que ali haviam se estabelecido desencadeou uma revolução na busca por independência e a construção do Estado estadunidense (LIMA, 1995; LIST, [1841] 1983).

Hamilton participou deste processo como comandante da artilharia de George Washington, lutando ao seu lado na busca pela autonomia política e econômica das Treze Colônias que se transformariam nos Estados Unidos da América. Sua participação lhe rendeu o posto de Secretário do Tesouro no governo formado após a independência, nesse cargo escreveu uma série de relatórios em que estabeleceu as reformas necessárias para o desenvolvimento estadunidense (LIMA, 1995).

Segundo Lima (1995), o mais importante dos escritos de Hamilton é o “Relatório sobre as manufaturas”, documento apresentado na Câmara dos Deputados no ano de 1791 onde estava presente os planos para a construção do Estado-Nacional estadunidense. Nele a implantação da indústria é colocada como pauta central. Era um esboço de guia de planejamento econômico que possuía como finalidade a criação de um mercado interno soberano, cuja pré-condição é o rompimento com a sua matriz agroexportadora herdada do período colonial.

A importância de Hamilton ([1791] 1995) na obra de List ([1841] 1983) pode ser constatada nas aproximações na forma com que a questão da industrialização é tratada, a ela é atribuído o desenvolvimento econômico, social e cultural de toda a nação. É consenso entre os autores que a produção industrial possui a capacidade de aumentar a

¹⁰ De acordo com Bazúa e Lino (1995) o Sistema Americano de Economia Política foi fundado por Hamilton, Matthew e Henry Carey, List e outros autores que disputavam o destino dos Estados Unidos, de um lado estavam os industrialistas do Sistema e do outro as oligarquias rurais.

produtividade nacional, fortalecer o mercado interno, melhorar o padrão de vida da sociedade e o seu bem-estar.

A divisão de atividades que a manufatura produz proporciona à população a oportunidade de utilizar e aprimorar os mais diversos talentos que possui, aumentar o sentimento de realização e incentivar a melhoria da qualidade do trabalho através do aperfeiçoamento. Com a formação de manufaturas também serão desenvolvidas as habilidades humanas, o nível de conhecimento dada a qualificação que o progresso técnico produz e as exigências criadas pelas novas técnicas (HAMILTON, [1791] 1995; LIST, [1841] 1983).

É atribuída à indústria não apenas o papel de gerar riqueza, mas também o de trazer a segurança e a independência nacional. A falta de indústria tem como consequência a debilidade no suprimento dos bens necessários para a subsistência da população. Isso faz com essa se torne não apenas dependente, mas também atrasada, isso porque a prosperidade é definida pelo autor como a capacidade de possibilitar ao povo acesso aos seus meios de sobrevivência como alimentação, habitação e segurança (HAMILTON, [1791] 1995).

Outro ponto em comum entre Hamilton ([1791] 1995) e List ([1841] 1983) é a defesa da impossibilidade da indústria nacional se desenvolver naturalmente caso esteja em grande desvantagem com o mercado externo. Em primeiro lugar, o autor aponta que há uma dificuldade em romper com os costumes e que as mudanças de ofício ocorrem de forma gradativa. Aliado a isso, vem a questão da concorrência desleal que tende a dificultar ainda mais a abertura de novos empreendimentos.

Com a desigualdade “O temor de fracassar em novas empresas é, talvez, um obstáculo pior.” (HAMILTON, [1791] 1995, p. 61). A desigualdade de preço e qualidade são vistos como barreiras para a competição que desestimulará a criação de novas indústrias. Para fortalecer o espírito dos empresários que desejam iniciar novos projetos, mas que estão desmotivados, o Estado deve atuar. O apoio dará a segurança da aprovação e motivará a superação dos obstáculos por possuir a certeza de que terá o amparo necessário para enfrentar os problemas que aparecerão (HAMILTON, [1791] 1995).

Hamilton ([1791] 1995) então irá propor uma série de medidas, entre elas a principal é o uso de tarifas alfandegárias, medida que tem como objetivo tornar o preço da produção nacional mais competitivo frente ao internacional. Outra alternativa é a proibição da importação de artigos produzidos internamente, mas essa apenas pode ser

utilizada no momento em que a indústria atingir um nível de desenvolvimento que possa abastecer totalmente a população.

A ajuda financeira por meio de subsídios constitui uma das medidas que Hamilton ([1791] 1995) considera como mais eficaz, por diminuir o prejuízo das primeiras tentativas e aumentar os ganhos do produtor. Outra ação que o Estado deve promover é a garantia do fornecimento interno de matéria primas, assim deve ser estimulada a agricultura e a indústria em conjunto, para que a queda de uma não cause a ruína da outra. Para isso a agricultura deve receber o mesmo tratamento que será dado à indústria, com proteção e incentivo. Esse é um ponto de convergência e divergência entre List ([1841] 1983) e Hamilton ([1791] 1995), é consenso entre ambos a necessidade de interligação entre os setores industrial e agrícola, mas há discordância quanto a necessidade de incentivos a agricultura que para o último é vital.

List e Hamilton representam um posto de evolução dentro da teoria protecionista quando comparados ao mercantilismo. Primeiramente no que se refere a justificativa para a adoção de tarifas alfandegárias, para os mercantilistas o objetivo era resguardar o lucro do comerciante, fonte da riqueza nacional. Já para List ([1841] 1983) e Hamilton ([1791] 1995) a justificativa do protecionismo é o desenvolvimento da indústria que é responsável pelo fortalecimento do mercado interno, a causa da prosperidade nacional e fator central para o bem-estar da população.

Outro ponto é a noção de nacionalismo que é baseada na defesa dos empreendimentos nacionais contra a concorrência estrangeira, para que não sejam prejudicados pela desvantagem técnica. Os mercantilistas, por outro lado, possuem uma noção de nacionalismo mais agressivo com a ideia de que o prejuízo de um país significa o lucro para o outro, um reflexo da mentalidade econômica da época (BRUE, 2005).

A maior contribuição que pode ser atribuída aos autores está ligada as suas atuações em prol do desenvolvimento dos seus respectivos países, ao questionar os preceitos liberais e evidenciar a importância da atuação do Estado. Alguns anos após seus escritos, nas décadas de 1870 a 1890 tanto os Estados Unidos quanto a Alemanha alcançaram um crescimento significativo iniciando um processo de redistribuição do poder econômico mundial com o declínio britânico.

4. Considerações finais

Apesar de ter sido derrotado pelo liberalismo na forma de uma política mercantilista, o protecionismo não perdeu sua influência dentro da teoria e política

econômica. Representando os anseios das nações capitalistas que se encontravam em estágio de atraso com relação à Inglaterra, o protecionismo reaparecerá como forma de estimular o processo de industrialização na Europa Continental.

Essa reação é sustentada a partir de uma contestação direta ao liberalismo defendido pelos economistas ingleses, como questionamento dos interesses por trás da teoria do comércio internacional elaborada por esses autores. Também será refutada a ideia de que o estado de prosperidade alcançado pela Inglaterra tenha sido fruto de uma política liberal. Dentre os autores que defenderam o protecionismo se encontra o alemão Friedrich List, que a partir de uma análise histórica e teórica desmistificará a ideia de que a industrialização britânica ocorreu como fruto da evolução natural de uma nação por meio do mercado.

List ressalta o papel do Estado na garantia do desenvolvimento nacional a partir de uma política de incentivos ao setor industrial, na qual o protecionismo ocupa um papel fundamental ao fornecer amparo às indústrias em sua fase infante. Uma das suas maiores contribuições foi a compreensão da importância de um mercado interno forte e integrado para formação de um Estado-Nação que seja capaz de garantir segurança e bem-estar à sua população. Além de compreender a necessidade da industrialização para alcançar esse objetivo, ao ser o motor do crescimento da renda, do trabalho, do consumo, valorização das terras e das forças culturais e intelectuais do país.

Entretanto, List cai na contradição de fazer o mesmo que crítica em Smith, Ricardo, Mill e outros liberais, formulou uma teoria não para o desenvolvimento de todas as nações, mas apenas para algumas específicas. Em sua visão os países que denomina como de zona tórrida, ou seja, América Latina, África e outras que foram invadidas pelos europeus, não são capazes de se desenvolver industrialmente. Com o intuito de manter esses países como mercado consumidor dos produtos europeus sugere que eles permitam ser colonizados, para que assim, possam ser civilizados aos moldes do capitalismo.

Desta forma sua teoria se torna limitada aos países de zona temperada, destino de imigrantes europeu, com a defesa do seu desenvolvimento em detrimento de outras regiões. As colônias de exploração, que serviram de anteparo ao desenvolvimento do capitalismo na Europa, tanto na teoria protecionista do alemão como no liberalismo de Smith e Ricardo, seguem com o mesmo papel de outrora. O que faz com que suas formulações, apesar dos avanços argumentativos em comparação com os dos mercantilistas, não produz uma base sólida para a defesa de uma política industrial como forma de superação do atraso econômico em regiões pobres.

Mesmo constatando os malefícios do liberalismo e da especialização agrícola, o autor sugere que os países de tórrida abram mão dos benefícios que a industrialização e formação de um mercado interno integrado possa produzir para toda a população. Com isso seu protecionismo se torna exclusivista e não descarta por completo o liberalismo, que é defendido como o caminho a ser adotado pelos países de origem colonial. Sua teoria nada mais é que uma atualização da estratégia britânica de desenvolvimento econômico a partir da exploração colonialista.

Referências bibliográficas

- BAZÚA, L. C. LINO, G. L. **Apêndice:** A influência do Sistema Americano de economia política no Brasil. In: HAMILTON, A. **Relatório sobre as manufaturas**. 1.ed. Rio de Janeiro: Solidariedade Ibero-americana, 1995.
- BORGES, M. A. Particularidade e Objetivação do Capitalismo. Revista Escrita Ensaio, São Paulo, 1981.
- BRAGA, J. C. S. **Alemanha:** império, barbárie e capitalismo avançado. *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999, 191-221.
- BUARQUE, C. Apresentação. In: LIST, Georg Friedrich. **Sistema Nacional de Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- CHANG, H. J. **Chutando a escada:** A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica, São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- HAMILTON, A. **Relatório sobre as manufaturas**. 1.ed. Rio de Janeiro: Solidariedade Ibero-americana, 1995.
- LANDES, D. **Prometeu Desacorrentado:** transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental de 1750 até hoje. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- LANDES, D. S. **Prometeu Desacorrentado:** transformação tecnologia e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental, desde 1750 até os dias de hoje. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- LIMA, B. S. **Apresentação:** Alexander Hamilton e o “Relatório sobre as manufaturas”. In: HAMILTON, A. **Relatório sobre as manufaturas**. 1.ed. Rio de Janeiro: Solidariedade Ibero-americana, 1995.
- LIST, G. **Sistema nacional de economia política**. São Paulo: Abril S.A. Cultural, 1983.
- LUXEMBURGO, R. **Acumulação do capital:** Estudos sobre a Interpretação econômica do imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
- NASCIMENTO, B. H. O Desenvolvimento no sistema nacional de economia política de Frederico List. In: IV Congresso Brasileiro de História Econômica. São Paulo, 2 a 5 de setembro de 2001.
- NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política:** uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.
- OLIVEIRA, C. A. B. de. **Processo de industrialização:** do capitalismo originário ao atrasado. São Paulo, SP: Unicamp, 2004.
- OLIVEIRA, F. S. Bases do Nacionalismo Econômico em Friedrich List. *Análise Econômica*, Porto Alegre, ano 35, n. especial, p. 185-207, jul. 2017.
- OLIVEIRA, I. T. M. **Livre Comércio versus Protecionismo:** uma análise das principais teorias do comércio internacional. *Revista Urutágua—revista acadêmica multidisciplinar*, Maringá, n, 2007.

OLIVEIRA, M. F.. Nação e economia política em Friedrich List. In: XIX Encontro Nacional de Economia Política, 2014, Florianópolis. XIX Encontro Nacional de Economia Política, 2014.

OSORIO, L. F. B.. **A Economia Política do Império Alemão**: condição histórica, bancos e cartéis. Heera (UFJF. Online), v. 6, p. 97-120, 2011.

PEREIRA, L. M. P.; MENEZES, S. L. **Sobre idéias e instituições**: a riqueza das nações ou a riqueza da nação? As idéias de Adam Smith e Friedrich List sobre o desenvolvimento do capitalismo. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, v. 30, n. 1, p. 87-95, 2008.

PRADO JR., C. **Esboço dos fundamentos da teoria econômica**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

REZENDE FILHO, C. de B. **História econômica geral**. 8. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2005.

ROLL, E. **História das doutrinas econômicas**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.